

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

# Termo de Referência 35/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
35/2025	158138-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA	SAFIRA MABEL BEZERRA FARIAS	30/10/2025 18:02 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	67/2025	23381.003289.2025-43

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos destinados à estruturação e ou modernização do laboratório do Curso Técnico em Modelagem do Vestuário do Campus Pedras de Fogo do IFPB, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MÁQUINA COSTURA TECIDO - TIPO: PORTÁTIL - Material da Carcaça: Metal resistente; Cor Predominante: Branca / Cinza; Material Base: Aço Inoxidável; Tipo: Portátil, Aplicação: Costura Doméstica e Profissional Leve; Tipo de Máquina: Mecânica; Tensão Alimentação: 220 V; Potência: 70W; Número de Pontos: 23 pontos incorporados; Tipos de Pontos: 6 pontos básicos, 4 pontos decorativos, 12 pontos flexíveis, 1 caseado automático; Largura do Ponto Ziguezague: Ajustável até 6mm; Comprimento do Ponto Reto: Ajustável até 4mm; Velocidade de Costura: 1.100 pontos por minuto. Características Adicionais: Caseador automático de 1 passo; Passador de linha	481256	Unid	5	R\$ 1.501,68	R\$ 7.508,40

	na agulha; Sistema de Bobina Drop-in; Ajuste de pressão do calcador; Posição da Agulha: Ajustável; Cortador de Linha: Integrado; Estrutura interna de metal; Braço livre para costuras tubulares; Iluminação LED; Controlador de Velocidade. Acessórios Inclusos: Sapatilha de Uso geral, Sapatilha para Bainha Invisível, Sapatilha para Casas de Botão, Sapatilha para Pregar Botão, Sapatilha para Pregar Zíper, Bobinas Abridor de Casas de Botão /Pincel de Limpeza, Chave de fenda, Embalagens de Agulhas, Feltro para o pino porta-retrós vertical, Guia de Costura, Pino porta carretel, Prendedor de carretel grande, Prendedor de retrós, Capa Protetora. Garantia: 12 (doze) meses. Marca / Modelo de Referência: Singer Facilita Pro 4423 Portátil doméstica ou similar.ia Direct Drive ou similar					
2	MÁQUINA COSTURA TECIDO - TIPO: OVERLOQUE - Material da Carcaça: Metal resistente; Cor Predominante: Branca; Tipo de Costura: Overlock /interlock; Número de Agulhas: 1 agulha; Tipo de Agulha: DCx27; Número de Loopers: 2; Número de Linhas: 4 linhas; Tipo de Ponto: Overlok; Bitóla: Média; Comprimento do Ponto: 0,5 a 3,8 mm; Largura do chuleado: 4 mm; Velocidade Máxima: 6.000 rpm; Altura do Calcador: 5,5 mm (manual) / 6,5mm (automática); Diferencial: Ajustável de 0,7 a 2,0 para tecidos elásticos e malhas; Tensão Alimentação: 220 V; Potência: 550 W. Características Adicionais: Motor integrado ao eixo principal, proporcionando economia de energia e menor ruído; Lubrificação: Automática; Controle de Velocidade: Eletrônico,	481256	Unid	2	R\$ 4.308,46	R\$ 8.616,92

	com painel de controle digital; Posição da Agulha: Ajustável; Iluminação: LED; Estrutura Interna: Metálica; Cortador de Linha: Integrado; Acompanha mesa e motor. Acessórios Inclusos: Conjunto de agulhas, Bobinas, Calcador para interlock, Chave de fenda, Escova de limpeza e Tampa protetora. Garantia: 12 (doze) meses. Marca / Modelo de Referência: Sun Special SS70D-4-ST-ES Máquina Costura Industrial Ponto Cade					
3	MÁQUINA COSTURA TECIDO - TIPO: INDUSTRIAL - Material da Carcaça: Metal resistente; Cor Predominante: Branca; Tipo de Máquina: Industrial; Tipo de Costura: Zig Zag; Número de Agulhas: 1 agulha; Tipo de Ponto: Ponto Zig Zag; Comprimento do Ponto: Ajustável até 5mm; Largura do Ponto: Ajustável até 10mm; Velocidade Máxima: 2.500 pontos por minuto; Altura do Calcador: 9mm (manual) / 13mm (joelheira); Posicionamento da Agulha: Central, esquerda e direita; Tensão Alimentação: 220 V; Potência: 550 W. Características Adicionais: Motor integrado à cabeça da máquina, proporcionando economia de energia e menor ruído; Lubrificação: Automática; Controle de Velocidade: Eletrônico, com painel de controle digital; Posição da Agulha: Ajustável; Iluminação: LED; Estrutura Interna: Metálica; Cortador de Linha Integrado; Parada de Agulha Automática; Acompanha mesa e motores. Acessórios Inclusos: Conjunto de agulhas, Bobinas, Calcador para Zig Zag, Chave de fenda, Escova de limpeza e Tampa	238646	unid	2	R\$ 4.204,64	R\$ 8.409,28

	protetora. Garantia: 12 (doze) meses. Marca / Modelo de Referência: Sun Special SS20U-53D-TZ-QI Máquina Costura Industrial Zig Zag Direct Drive 220v ou similar.					
4	MÁQUINA COSTURA INDUSTRIAL - TIPO: PONTO CORRENTE PLANA - Material da Carcaça: Metal resistente; Cor Predominante: Branca; Tipo de Costura: Ponto Corrente (Single Needle Chain Stitch); Número de Agulhas: 2 agulhas, base plana; Número de fios: 4 Fios; Distância entre agulhas: 1/4"; Tipo de agulha: TVx7; Comprimento do Ponto: Ajustável até 4mm; Velocidade Máxima: Até 4.000 pontos por minuto; Altura do Calcador: 5mm (manual) / 10mm (joelheira); Tensão Alimentação: 220 V; Potência: 550 W. Características Adicionais: Motor integrado ao eixo principal; Lubrificação: Automática; Estrutura Interna: Metálica; Acompanha mesa e motor. Acessórios Inclusos: Conjunto de agulhas, Bobinas, Calcador padrão, Chave de fenda, Escova de limpeza, Tampa protetora. Garantia: 12 (doze) meses. Marca / Modelo de Referência: Sun Special SSH-3800 Máquina Costura Industrial Reta Ponto Corrente SSH3800-2D-MS-SU - Sun Special ou similar	481694	und	1	R\$ 5.186,01	R\$ 5.186,01
5	MÁQUINA COSTURA TECIDO - TIPO: GALONEIRA - Material da Carcaça: Metal resistente; Cor Predominante: Branca; Tipo de Costura: Galoneira (ponto corrente); Tipo de Máquina: Industrial Galoneira Plana Fechada; Número de Agulhas: 3 agulhas; Tipo de Agulha:	257977	unid	2	R\$ 5.114,15	R\$ 10.228,30

	<p>UY128GAS; Número de Linhas: 5 linhas; Tipo de Ponto: Ponto corrente (costura de acabamento); Distância Entre Agulhas: Ajustável (4,8mm, 5,6mm, 6,4mm); Comprimento do Ponto: Ajustável até 4,4 mm; Bitola: 6,4mm; Velocidade Máxima: Até 5.500 rpm; Altura do Calcador: 5,5mm (manual) / 6,5mm (joelheira); Diferencial de Transporte: Ajustável para costuras em tecidos elásticos e leves; Tensão Alimentação: 220 V; Potência: 550 W. Características Adicionais: Motor integrado à cabeça da máquina, proporcionando economia de energia e menor ruído; Lubrificação: Automática; Controle de Velocidade: Eletrônico, com painel de controle digital; Parada de Agulha Automática: Sim; Braço Livre: Não (plana fechada); Iluminação: LED; Estrutura Interna: Metálica; Cortador de Linha: Manual; Acompanha mesa e motores. Acessórios Inclusos: Conjunto de agulhas, Bobinas, Calcador padrão para galoneira, Chave de fenda, Escova de limpeza, Tampa protetora. Garantia: 12 (doze) meses. Marca /Modelo de Referência: Máquina Costura Industrial Galoneira Plana Fechada SS5500D-01-PR-QI - Sun Special ou similar.</p>					
6	<p>MÁQUINA BORDADO ELETRÔNICA - Material da Carcaça: Plástico de alta resistência; Cor Predominante: Branca; Tipo de Máquina: Máquina de Bordado Eletrônica; Área de Bordado: 300 x 200 mm (12 x 8 pol.); Fontes de Alfabeto Embutidas: 17 Fontes; Desenhos de Bordado Embutidos: 227 Desenhos; Velocidade de bordado: 1050 ppm; Tensão Alimentação: 220 V; Tipo de Exibição: LCD; Tamanho da Tela</p>	238168	unid	1	R\$ 11.953,29	R\$ 11.953,29

	<p>LCD (L x A): 3,6 x 6,0 pol; Tipo de Iluminação: LED; Quantidade de portas USB: 2. Funcionalidades Básicas: Pressão do calcador ajustável, Cortador de linha automático, Capacidade de conexão do mouse via USB, Botão de posicionamento da agulha (levantar/abaixar), Posição de parada da agulha (em cima / embaixo), Bobina de instalação rápida, Botão Iniciar/Parar, Tensão da linha Automático. Características Adicionais: Velocidade de bordados ajustável; Corte automático de linha, Conectividade com o computador, Edição com Arrastar e Soltar, Redução de espaço entre alfabetos bordados. Acessórios Inclusos: Calcador de bordar “W+”, Calcador de bordar “W”, Conjunto de agulhas, Conjunto de agulhas de ponta esférica, Bobina (10), Abridor de costura, Tesoura, Escova de limpeza, Chave de fenda (grande e pequena), Chave de fenda em forma de disco, Tampa do carretel (grande, 2x média e pequena), Tampa do carretel (especial), Feltro do carretel, Tampa da chapa de agulha para bordado, Caneta ponteiro, Caixa da bobina, Tampa da bobina, Bastidores (30 x 20 cm, 18 x 13 cm, 10 x 10 cm), Linha de bobina poly 90, Capa contra pó, Bolsa de acessórios. Garantia: 12 (doze) meses. Marca / Modelo de Referência: Bordadeira. Máquina de Bordado Brother BP2150LDV ou similar.</p>					
7	<p>MÁQUINA COSTURA TECIDO - Tipo de Máquina: Interlock Eletrônica; Material da Carcaça: Metal resistente; Cor Predominante: Branca; Tipo de Costura: Interlock (Overlock com ponto cadeia); Número de Agulhas: 2 agulhas; Número de Linhas: 5</p>	481256	unid	3	R\$ 11.079,56	R\$ 33.238,68

	linhas;Tipo de Ponto: Ponto corrente + overlock (costura de reforço); Comprimento do Ponto: Ajustável de 1,5mm a 4,5 mm; Largura do Corte: Ajustável de 4,0mm a 7,0 mm; Altura do Calcador: 5,5mm (manual) / 7,0mm (joelheira); Diferencial de Transporte: Ajustável de 0,7 a 2,0 para trabalhar com uma variedade de tecidos; Velocidade Máxima: 7.000 rpm; Tensão Alimentação: 220 V. Caracaterísticas Adicionais: Motor Direct Drive, integrado à cabeça da máquina, Lubrificação Automática, Controle de Velocidade Eletrônico, Parada de Agulha Automática, Corte de Linha Automático, Sugador de Linha, Sensor de Quebra de Linha, Função de Desligamento Automático, Iluminação em LED, Display Digital, Posicionamento de Agulha Automático e ajustável; Acompanha mesa, cabeçote e componentes. Acessórios Inclusos: Conjunto de agulhas, Chave de fenda para manutenção, Calcador padrão, Escova de limpeza, Tampa protetora. Garantia: 180 (cento e oitenta) dias. Marca / Modelo de Referência: Máquina de costura Interlock eletrônica Jack C5-5-M04/435 ou similar					
8	MÁQUINA COSTURA INDUSTRIAL - Tipo de Máquina: Máquina de Costura Reta Eletrônica; Material da Carcaça: Metal resistente; Cor Predominante: Branca; Tipo de Costura: Ponto reto; Tipo de Base: Plana; Número de Agulhas: 1 agulha; Número de Linhas: 2 Linhas; Comprimento do Ponto: Ajustável de 0,1mm a 5,0 mm; Velocidade Máxima: 4.000 pontos por minuto; Altura do Calcador: 5,5 mm (manual) / 13mm (joelheira); Tipo de Transporte: Transporte	452763	und	14	R\$ 6.031,71	R\$ 84.443,94

	<p>simples (dente de arraste);  Lubrificação: Automática, com sistema de lubrificação fechado;  Tensão Alimentação: 220 V. Caracaterísticas Adicionais: Motor: Direct Drive, integrado à cabeça da máquina, Controle de Velocidade Eletrônico, Parada de Agulha Automática, Corte de Linha Automático, Levantamento de Calcador Automático, Sensor de Quebra de Linha, Função de Costura Programada, Costura Reversa Automática; Iluminação em LED, Display Digital, Posicionamento de Agulha Automático e ajustável, Função de Economia de Energia.</p> <p>Acessórios Inclusos: Conjunto de agulhas, Bobinas, Chave de fenda para manutenção, Escova de limpeza, Calcador padrão, Tampa protetora. Garantia: 12 (doze) meses. Marca / Modelo de Referência: Máquina de Costura Reta Eletrônica - JACK A7 ou similar</p>					
9	<p>MÁQUINA PARA CORTAR TECIDO - TIPO CORTE CIRCULAR - Material da Carcaça: Plástico de alta resistência e metal; Tipo de Lâmina: Disco Octogonal de 4 polegadas; Capacidade de Corte: 27 mm; Tipo de Corte: Reto e curvo, adequado para diversos tecidos (naturais, sintéticos, malhas, etc.); Velocidade da Lâmina: 1.200 rpm; Tensão Alimentação: 110/220 V; Potência: 200W; Frequência: 50/60 Hz. Características Adicionais: Motor acoplado diretamente ao disco da máquina, Sistema de Segurança com Botão de trava para evitar acionamento acidental, Bateria de lítio de 12V recarregável, Afiador de Lâmina Integrado, Rodízios para máquina deslizar sobre a mesa de corte, Iluminação de LED</p>	460720	unid	2	R\$ 1.544,35	R\$ 3.088,70



	na frete do disco, Controle de velocidade em 5 níveis. Acessórios Incluídos: Bateria Reserva, Carregador de bateria, Amolador reserva, Chave para manutenção, Óleo para lubrificação. Garantia: 90 (noventa) dias. Marca / Modelo de Referência:Máquina de Corte Circular SunSpecial SSW-100B ou similar					
<b>10</b>	CADEIRA ESCRITÓRIO - Material Estrutura: Aço com acabamento preto; Tipo Assento: Giratório; Material Assento: Espuma injetada revestido em tecido; Material Encosto: Espuma injetada revestido em tecido; Cor Predominate: Preta; Regulagem: Altura de assento; Regulagem: Altura de encosto; Acabamento: Perfil 15 mm; Capacidade de Carga: Usuário de até 120 kg. Características Adicionais: Flange em aço; Base fixa do tipo aranha com uma das pernas 8 cm mais curta; Pistão 38,5 cm acionado, 27 cm recolhido x 4,0 cm x 5,0 cm Diâmetro da ponta: 2,5 cm; Telescópio de 1 estágio; Estrutura em L com regulagem de altura + canoa de fixação em pu.; Regulagem de Altura: pistão a gás; 6 parafusos 50 x 30; 5 sapatas fixas de 50 mm nylon; Certificação: Atende às normas da ABNT e NR17 (ergonomia); Dimensões (E x L x P): 87cm x 43cm x 40cm; Assento: 5cm x 43cm x 40cm, altura até o piso 39 a 50 cm; Encosto: 5cm x 29cm x 35cm , altura até o piso 78 a 87 cm - intervalo de tolerância das dimensões: 10% (+ -). Marca / Modelo de Referência: Cadeira Job Alta Frisokar Back System NR17 Assento e Encosto Couro Ecológico ou similar	351522	unid	40	R\$ 693,85	R\$ 27.754,00
<b>11</b>	CADEIRA COSTUREIRA SEM BRAÇOS - Material Estrutura: Aço com acabamento preto; Tipo	266223	unid	40	R\$ 521,40	R\$ 20.856,00

	<p>Assento: Giratório;  Material Assento: Espuma injetada revestido em tecido; Material Encosto: Espuma injetada revestido em tecido; Cor Predominate: Preta;  Regulagem: Altura de assento; Regulagem: Altura de encosto;  Acabamento: Perfil 15 mm; Capacidade de Carga: Usuário de até 120 kg.  Características Adicionais: Flange em aço; Base fixa do tipo aranha com uma das pernas 8 cm mais curta; Pistão 38,5 cm acionado, 27 cm recolhido x 4,0 cm x 5,0 cm  Diâmetro da ponta: 2,5 cm; Telescópio de 1 estágio; Estrutura em L com regulagem de altura + canoa de fixação em pu.; Regulagem de Altura: pistão a gás; 6 parafusos 50 x 30; 5 sapatas fixas de 50 mm nylon;  Certificação: Atende às normas da ABNT e NR17 (ergonomia); Dimensões (E x L x P): 87cm x 43cm x 40cm; Assento: 5cm x 43cm x 40cm, altura até o piso 39 a 50 cm; Encosto: 5cm x 29cm x 35cm , altura até o piso 78 a 87 cm - intervalo de tolerância das dimensões: 10% (+ -). Marca / Modelo de Referência: Cadeira Costureira universal NR17 sem braços ou similar</p>					
12	<p>PRANCHETA  DESENHO - Material da Estrutura: Tubo de aço carbono com pintura eletrostática; Cor: Cinza ou Branca; Material Prancheta: fibra de madeira prensada (BP) com as duas faces revestidas em melamina; Dimensões da Mesa: 150 cm x 100 cm x 18 mm - intervalo de tolerância das dimensões: 10% (+ -); Aplicação: Desenho técnico, arquitetônico e ou artístico. Características Adicionais: Sistema de elevação e inclinação (0° - 35°), com travamento através de 4 manoplas; Altura Regulável: Entre</p>	219545	unid	30	R\$ 1.808,50	R\$ 54.255,00

	70cm a 110cm; Altura para cadeira ou bancos de 45 à 75 cm; Acompanha 4 niveladores de piso. Garantia: 12 (deze) meses. Marca / Modelo de Referência: Prancheta de Desenho ou Cavalete Tubular Trident TUB-16 /BP ou similar.					
<b>13</b>	FERRO PASSAR ROUPA - Tipo: Estação a Vapor; Tipo de Base: Resilium (anodizada); Capacidade de Reservatório: 1.200 ml - 1.300 ml; Comprimento do Cabo: 1,8m; Tensão (V): 220V; Potência: 2200W; Frequência: 60Hz; Consumo: 1,75kW/h; Saídas de Vapor: 264; Dimensões (A x L x P): 28,1 cm x 26 cm x 36 cm - intervalo de tolerância das dimensões: 10% (+ -). Características Adicionais: Base Antiaderente; Sistema de Auto Limpeza; Funcionalidade de Antigotejamento; Apoio Emborrachado; Luz indicadora de funcionamento. Garantia: 12 (doze) meses. Marca / Modelo de Referência: Ferro de passar Eletrolux E7SS1-4DBL ou similar	483078	unid	2	R\$ 1.279,88	R\$ 2.559,76
<b>14</b>	TÁBUA DE PASSAR ROUPA - Material da Estrutura: Madeira maciça, Material da Superfície: Forro térmico com tampo em madeira; Capacidade de Carga: 70 kg; Dimensões (CxLxA): 120 cm x 38 cm x 80-90 cm (ajustável) - intervalo de tolerância das dimensões: 10% (+ -). Características Adicionais: Suporte para Ferro de Passar em Alumínio ou Metal com Pintura Epóxi; Acompanha uma extensão de tomada com 2 (dois) metros de comprimento; Ajustes de altura em até 2 posições; Capa térmica removível e lavável; Dobragem compacta. Garantia: 90 (noventa) dias. Marca / Modelo de Referência: Tramontina, Gamashop ou similar.	298724	unid	2	R\$ 168,77	R\$ 337,54

15	MANEQUINS DE MOULAGE MODELO ANATÔMICO PARA FINS DIDÁTICOS - Tipo de Manequim: Manequim Feminino de Meia Perna / Coxa; Material do Corpo: Poliuretano expandido de alta densidade, revestido com tecido de algodão ou linho; Posição: Em pé, postura natural para a exposição de roupas inferiores, como saias, shorts, bermudas, calcinhas, etc.; Tamanho: 40 (referente ao padrão de medidas femininas); Cor do Corpo: Bege (ou personalizada conforme solicitação); Material da Base: Ferro fundido com acabamento pintado ou cromado; Dimensões: Altura Total - 1,65 m, Circunferência da Coxa - 56 cm, Circunferência da Cintura - 72 cm, Circunferência do Quadril - 98 cm - intervalo de tolerância das dimensões: 10% (+ -); Base: Pé de ferro resistente com design estável. Características Adicionais: Ajuste de Altura: Possibilidade de ajustar a altura do manequim através do suporte na base; Acabamento do Tecido: Antiaderente, facilitando a colocação e retirada de roupas; Ajustabilidade: Corpo fixo, sem articulações móveis; Porta-Alfinetes com acabamento metálico magnético acima do pescoço. Acessórios Inclusos: Suporte ajustável para fixação do manequim na base; Manual de instruções para montagem e cuidados. Garantia: 12 (doze) meses. Marca / Modelo de Referência: DRAFT, Manequins de Moulage ou similar.	606460	unid	15	R\$ 1.601,14	R\$ 24.017,10
16	MANEQUIM DE MOULAGE MODELO ANATÔMICO PARA FINS DIDÁTICOS - Tipo de Manequim: Manequim Feminino de Saia; Material do Corpo: Poliuretano expandido de alta densidade, revestido	606461	unid	15	R\$ 1.711,81	R\$ 25.677,15

	com tecido de algodão ou linho; Posição: Em pé, postura natural para exposição de saias e peças de vestuário inferiores; Tamanho: 36 (referente ao padrão de medidas femininas); Cor do Corpo: Bege (ou personalizada conforme solicitação); Material da Base: Ferro fundido com acabamento pintado ou cromado; Dimensões: Altura Total - 1,65 m, Circunferência do Busto - 84 cm, Circunferência da Cintura - 64 cm, Circunferência do Quadril - 90 cm - intervalo de tolerância das dimensões: 10% (+ -); Base: Pé de ferro resistente com design estável. Características Adicionais: Ajuste de Altura: Possibilidade de ajustar a altura do manequim através do suporte na base; Acabamento do Tecido: Antiaderente, facilitando a colocação e retirada de roupas; Ajustabilidade: Corpo fixo, sem articulações móveis; Porta-Alfinetes com acabamento metálico magnético acima do pescoço. Acessórios Inclusos: Suporte ajustável para fixação do manequim na base; Manual de instruções para montagem e cuidados. Garantia: 12 (doze) meses. Marca / Modelo de Referência: DRAFT, Manequins de Moulage ou similar.					
17	ARARA PARA PENDURAR ROUPAS - Material da Estrutura: Aço cromado de alta resistência; Formato: Tubular; Acabamento: Cromado brilhante; Tipo de Arara: Arara de desfile redonda, simples, com rodízios; Dimensões (C x L x A): 46 cm x 120 cm x 150 cm , Diâmetro: 32 cm - intervalo de tolerância das dimensões: 10% (+ -); Tipo de Rodízio: Rodízios duplos giratórios, com trava para fixação; Capacidade de cabides: 30 a 90. Características	344385	unid	2	R\$ 580,91	R\$ 1.161,82

	Adicionais: Sistema de Ajuste de Altura: Mecanismo de trava por pino de pressão para ajuste de altura fácil e seguro; Base: Estrutura reforçada para maior estabilidade; Portabilidade: Leve e fácil de transportar. Acessórios Inclusos: Parafusos e peças necessárias para a montagem; Manual de instruções para montagem e manutenção. Garantia: 12 (doze) meses. Marca / Modelo de Referência: ARARA PARA PENDURAR ROUPAS Comac ou similar.					
18	TEAR - Material da Estrutura: Madeira Maciça de alta qualidade; Cor: Madeira natural; Acabamento: Envernizado; Tipo de Tear: Tear de Pente Liço; Posicionamento: Horizontal e Vertical; Largura Útil de Trabalho: 30 cm; Número de Hastes: 2; Dimensões (A x P): 40 cm x 35 cm x 40 cm - intervalo de tolerância das dimensões: 10% (+ - ); Número de Quadros: 2 quadros; Espessura do Pente Liço: Variável, com diferentes densidades disponíveis (geralmente 5 a 10 fios por cm); Tipo de Pente Liço: Pente liço removível e ajustável para diferentes espessuras de fio. Características Adicionais: Tensão do Fio: Ajustável, com mecanismo simples de regulagem; Capacidade de Produção: Adequado para tecidos de até 30 cm de largura; Sistema de Passagem de Fios: Simples, permitindo a criação de padrões variados de tecelagem; Compatibilidade: Adequado para diversos tipos de fios, incluindo lã, algodão, seda e sintéticos. Acessórios Inclusos: 2 Pentes Liço de diferentes densidades, Navetes para passar o fio entre os fios de urdume, Manual de instruções detalhado com dicas de tecelagem, Ferramentas básicas para	606459	und	7	R\$ 332,32	R\$ 2.326,24

	ajuste e manutenção. Marca / Modelo de Referência: TEAR Arte Nilos ou similar.					
19	<p>MÁQUINA COSTURA INDUSTRIAL - Tipo de Máquina: Máquina de Costura Reta Eletrônica; Material da Carcaça: Metal resistente; Cor Predominante: Branca; Tipo de Costura: Ponto reto; Tipo de Base: Plana; Número de Agulhas: 1 agulha; Número de Linhas: 2 Linhas; Comprimento do Ponto: Ajustável de 0,1mm a 5,0 mm; Velocidade Máxima: 4.000 pontos por minuto; Altura do Calcador: 5,5 mm (manual) / 13mm (joelheira); Tipo de Transporte: Transporte simples (dente de arraste); Lubrificação: Automática, com sistema de lubrificação fechado; Tensão Alimentação: 220 V. Caracaterísticas Adicionais: Motor: Direct Drive, integrado à cabeça da máquina, Controle de Velocidade Eletrônico, Parada de Agulha Automática, Corte de Linha Automático, Levantamento de Calcador Automático, Sensor de Quebra de Linha, Função de Costura Programada, Costura Reversa Automática; Iluminação em LED, Display Digital, Posicionamento de Agulha Automático e ajustável, Função de Economia de Energia.</p> <p>Acessórios Inclusos: Conjunto de agulhas, Bobinas, Chave de fenda para manutenção, Escova de limpeza, Calcador padrão, Tampa protetora. Garantia: 12 (doze) meses.</p> <p>Marca / Modelo de Referência: Máquina de Costura Reta Eletrônica - JACK A7 ou similar. -</p> <p><b>COTA RESERVADA CORRESPONDENTE AO ITEM 8 DESTINADA À ME/EPP.</b></p>	452763	und	1	R\$ 6.031,71	R\$ 6.031,71

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da Nota de Empenho, improrrogável, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Em sujeição às normas técnicas, os equipamentos devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes;

4.1.2. A empresa deve ter experiência comprovada no fornecimento de equipamentos para instituições públicas ou privadas de grande porte;

4.1.3. empresa contratada deve dispor de infraestrutura logística adequada para garantir a entrega pontual e contínua dos materiais, incluindo armazéns, frota de transporte e sistemas de gerenciamento de estoque;

4.1.4. todos os produtos fornecidos devem, conforme o caso, , tendo em possuir certificação no INMETRO ou ABNT vista a necessidade de adquirir equipamentos que tenham passado por testes de segurança e funcionalidade

4.1.5. Para o fornecimento dos equipamentos, objeto deste estudo técnico preliminar, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto n.º 7.746, de 05 /06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, entre eles:



4.1.5.1 Preferência por produtos biodegradáveis, não tóxicos e com certificações ambientais reconhecidas, como selo verde ou ecolabel;

4.1.5.2. Uso de embalagens recicláveis ou biodegradáveis, com opções de refil para reduzir o desperdício de plástico;

4.1.5.3. Implementação de práticas sustentáveis na produção, armazenamento e transporte dos produtos, incluindo a utilização de energia renovável e processos de redução de resíduos.

### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.4.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.4.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Av. Almirante Barroso, 1077, Centro - João Pessoa-PB CEP 58013-120

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15% (quinze por cento)** a **30 % (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1,0% (um por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5 % (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em DD/MM/AAAA.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**



9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. No mínimo 1 (um) Atestado ou Certidão de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a empresa licitante já forneceu bens compatíveis com o objeto dessa licitação a um quantitativo de 20% (vinte por cento) da quantidade total do bem licitado pretendido ou similar;

9.31.1.2. A licitante poderá apresentar tantos atestados ou certidões de capacidade técnica quantos julgar necessários, para comprovar que já desempenhou objeto semelhante ao deste instrumento;

9.31.1.3. Os atestados ou certidões deverão possuir informações suficientes para qualificar e quantificar o fornecimento do objeto;

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 337.649,84 (trezentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 26417/158138;

II) Fonte de recursos: 10000000;

III) Programa de trabalho: 156131;

IV) Elemento de despesa: 339052; e

V) Plano interno: L0000P6000N.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

João Pessoa, 30 de outubro de 2025

### **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

**(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

**OU**

**(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)**

#### **1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 05 (cinco) dias* contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

#### **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

#### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e *da relação da rede de assistência técnica autorizada*;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

*4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

*4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*

*4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

*4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*

*4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]*

*4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;*

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**



6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão*/ nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SENIO FARIAS GOMES DA SILVA JUNIOR**

Membro da comissão de contratação

## **LIAMARA LOPES DOS SANTOS**

Membro da comissão de contratação